

MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA E O ESTADO NOVO

Irene Flunser Pimentel

A imagem que perdura de Manuel Gonçalves Cerejeira resulta da própria vivência da história de Portugal no século passado. Após o período da ditadura de Salazar e de Caetano, e de 40 anos de democracia, a figura do ex-cardeal patriarca de Lisboa sofreu várias mudanças e, embora a personagem possua já hoje carácter histórico, ainda está longe, por vezes de ser vista com neutralidade. Logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, Cerejeira passou de chefe da Igreja portuguesa admirado por católicos no decurso do Estado Novo, a figura ambígua, encarada como enfeudada ao sistema ditatorial, incapaz de grandes decisões mas legitimador dos desmandos do governo de Salazar.

Depois de ter sido vilipendiado e quase esquecido, Cerejeira voltaria posteriormente a ser de novo admirado por alguns católicos, com o argumento de ter sido, antes de tudo, um defensor da independência da Igreja, mesmo se teve de entrar em compromissos com o Estado. Outros consideram, pelo contrário, que ele foi sobretudo responsável por «atar a barca de Pedro» ao mastro de César, um César ditatorial. Permanece porém ainda maioritariamente a visão de Cerejeira e Salazar, amigos e cúmplices, compartilhando o mesmo objectivo, cada um no seu campo, de uma hierarquia católica enfeudada ao Estado Novo e de um ditador protector da Igreja e servindo-se dela. As opiniões dividem-se mas uma coisa é certa: Cerejeira motivou, e motiva ainda hoje, tudo menos indiferença, pois marcou toda uma época, mais ou menos coincidente com a do Estado Novo, no campo específico da Igreja, mas também no espaço político e social, enquanto Cardeal Patriarca de Lisboa, de 1930 a 1971. No entanto, não deixam de ser hoje, com a passagem do tempo, possíveis opiniões mais matizadas.

«NATURALMENTE» CATÓLICO E «MENINO AMIMADO»

Manuel Gonçalves Cerejeira nasceu em 29 de Novembro de 1888, no Lousado, concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito e arcebispado de Braga. Foi baptizado na Igreja do Lousado, onde veio a fazer a primeira comunhão e officiar a primeira missa, e onde, conforme diria o próprio, robusteceria o seu ideal «da imitação do Mestre divino»¹. De seu pai, Avelino Gonçalves Cerejeira, pequeno artesão, comerciante e lavrador minhoto, falecido em 1927, Manuel lembraria «a fé intrépida e rude inteireza». Da mãe, Joaquina do Sacramento de Jesus, que morreria em 1918, recordaria «a doce e terna bondade» e traria sempre ao peito, «a segurar a cruz peitoral, o cordão de oiro de noivado», em memória do «amor cristão» de que era «fruto»². O primogénito de uma prole de oito filhos, Manuel teve uma infância de «menino amimado», não só pelos pais, como pelos três irmãos e quatro irmãs e por todos os que o rodeavam³.

Foi com o professor Bernardino António dos Santos que fez a aprendizagem das primeiras letras e começou a «alimentar grande amor ao estudo pelo louvor com que o premiava»⁴. Terminada a instrução primária em 1899, matriculou-se, por vontade paterna, na primeira classe do seminário-liceu Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, concluindo aí os seus estudos seminaristas em 1904, com excelentes notas. O padre Gaspar Roriz, em casa do qual foi então comensal, terá dito de forma profética ao jovem aluno: «Cerejeira, Manel ainda te hei-de beijar o anel»⁵. Embora já tivesse decidido seguir o sacerdócio, conforme contou mais tarde, matriculou-se no liceu Alexandre Herculano do Porto para frequentar, durante dois anos, o curso complementar de Letras.

Concluído o sétimo ano do liceu, com a média de 16 valores, Manuel Cerejeira, então com 18 anos, ingressou no Seminário Conci-

¹ Jacinto Rodrigues, «Uma vida impar ao serviço da Igreja e do prestígio nacional», *Diário de Notícias*, 14/5/71, p. 1.

² Moreira das Neves, *O Cardeal Cerejeira, Patriarca de Lisboa*, Lisboa, Pró Domo, 1948, pp. 139-140.

³ Luís Guimarães, «Uma tarde com sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa», *O Cronista*, Lisboa, 10/8/1957, pp. 1-2

⁴ Vitor Manuel Pinto Silva Matos, *A Primeira Vida do Manuel Gonçalves Cerejeira, 1888-1928. A Reconquista*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998 (policopiado), p. 376

⁵ Moreira da Neves, *op. cit.*, 1948, p. 129.

liar Teológico de S. Pedro e S. Paulo de Braga, em 25 de Julho de 1906. Para a posteridade, o futuro cardeal diria ter sido ali que havia sonhado esconder-se «um dia, com os humildes párocos do rebanho cristão, em qualquer aldeia minhota», dando-se «aos simples e pobres de Cristo, ignorado dos homens, mas não do Senhor»⁶. Em Braga, foram figuras importantes na formação de Cerejeira o reitor do Seminário, o Arcebispo Primaz D. Manuel Baptista da Cunha e Manuel Martins Capela, que lançaram o jovem seminarista para o «mar alto da universidade de Coimbra»⁷. No entanto, a verdadeira referência de Manuel Cerejeira, com laivos de paternidade, foi então Francisco de Sousa Gomes, lente de química inorgânica da Universidade de Coimbra.

Foi este, que se deslocava frequentemente a Braga, onde presidia ao Centro Académico da Democracia Cristã (CADC), que, em 1909, confidenciou a Manuel Cerejeira os seus planos de reerguer a Faculdade de Teologia de Coimbra⁸ e o incentivou a frequentá-la. Em Outubro desse ano, Manuel Gonçalves Cerejeira matriculou-se, assim, na Faculdade de Teologia de Coimbra, onde começou por se instalar num quarto na rua das Cozinhas, perto do convento dos Grilos, propriedade do seu mentor Francisco Sousa Gomes, que dele falou aos jovens do CADC Cristã, onde o jovem estudante se integrou. Em 1 de Outubro desse ano, recebeu a primeira tonsura e, no dia seguinte, os quatro graus das ordens menores (Ostidário, Leitor, Exorcista e Acólito), tornando-se subdiácono.

MILITANTE CATÓLICO, NOS PRIMEIROS TEMPOS DA REPÚBLICA

Poucos dias faltavam para que, a 5 de Outubro, fosse derrubada a monarquia e proclamada a República, em Lisboa. Três dias depois da implantação da República, um decreto de Afonso Costa, ministro da Justiça do primeiro governo republicano chefiado por Teófilo Braga, reatualizou as leis de expulsão e expropriação dos Jesuítas do Marquês de Pombal e o decreto de Joaquim António de Aguiar (1834), de extinção dos conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas religiosas de todas as ordens regulares. No dia de Natal de 1910, após já ter promulgado

⁶ D. Manuel Gonçalves Cerejeira- Patriarca de Lisboa. In *Memoriam*, ed. do Patriarcado de Lisboa, 1977, p. 32

⁷ Vítor Silva Matos, *op. cit.*, p. 18.

⁸ *Ibidem*, p. 27.

a lei do Divórcio, o governo republicano decretou as «Leis da Família», segundo as quais o casamento passou a ser um contrato puramente civil, de registo obrigatório.

Manuel Gonçalves Cerejeira tinha entretanto ascendido a diácono, em 17 de Dezembro de 1910, e viria a ser elevado a presbítero, em 1 de Abril de 1911, pela mão do Arcebispo Primaz de Braga, D. Manuel Baptista da Cunha. A 23 deste mês rezou a missa-nova no Lousado, no preciso dia em que passava na estação dessa sua aldeia natal um comboio especial no qual viajava Afonso Costa. Destinava-se a Braga, onde este iria propagandar a Lei de Separação entre a Igreja e o Estado⁹, promulgada em 20 de Abril de 1911.

Os ecos da implantação da República haviam entretanto chegado a Coimbra, onde no «dia 1 de Fevereiro de 1911, ao fim da tarde, a sede do centro (CADC) era assaltada, aos *vivas à Republica*, por uma malta vária, que assim defendia heroicamente a liberdade e os direitos do cidadão», conforme o relato de Cerejeira¹⁰. As origens do CADC, tal como as do Centro Católico Português, remontavam a uma carta, enviada em 1892 por Leão XIII aos bispos franceses, onde eram definidas as relações entre os católicos e o Estado liberal¹¹. Em Portugal, o primeiro centro académico católico a ser criado foi, em 1901, o Círculo de Estudos (CE) de Coimbra, pela mão de Francisco de Sousa Gomes. Também conhecido no meio coimbrão pelo nome de «A Católica», esse círculo viria a denominar-se, dois anos depois, Centro Académica da Democracia Cristã (CADC)¹².

Após o assalto à sede do CADC de Coimbra e do seu fecho, um grupo constituído por Francisco Veloso, Carneiro Mesquita e Manuel Cerejeira, entre outros, promoveu, em Abril de 1912, uma reunião, onde foi constituída uma comissão executiva, presidida por João Francisco Cavaco. Esta integrava ainda Manuel Gonçalves Cerejeira na vice-presidência, Diogo Pacheco de Amorim, na presidência, e António de Oliveira Salazar, enquanto primeiro secretário. Cerejeira descreveria o início do CADC, reactivado no primeiro domingo de Maio de 1912, como um heróico

⁹ Moreira das Neves, *op. cit.*, 1948, pp. 141-144

¹⁰ Moreira das Neves, *Cardeal Cerejeira. O Homem e a Obra. No Centenário do Seu Nascimento*, Lisboa, Rei dos Livros, 1988, p. 48.

¹¹ Bruno Cardoso Reis, *Salazar e o Vaticano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 23-24

¹² Vítor Silva Matos, *op. cit.*, p. 54; Manuel Braga da Cruz, «Centro Académico da Democracia Cristã», *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 7, Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 284-287

«baptismo da sua geração», em dias «de inquietação» e de «rumores de assaltos a algumas repúblicas».

No Outono, após o ferimento a tiro do estudante Rafael Calado, num conflito com «futricas», as autoridades encerrariam porém o CADC¹³. Este viria posteriormente a ser reaberto em 8 de Dezembro, numa sessão solene, onde António de Oliveira Salazar falou pela primeira vez em público, embora viesse a cometer «o crime egoísta de negar à publicidade o seu admirável» discurso¹⁴. Entre 1912 e 1919, o CADC publicou *O Imparcial*, «semanário dos católicos de Coimbra», onde colaborava Salazar (assinava com o pseudónimo Alves da Silva), dirigido pelo próprio Manuel Gonçalves Cerejeira, que também se ocupava da rubrica «Ao de Leve».

CEREJEIRA E SALAZAR

Obrigado a concluir, em 23 de Julho de 1912, o curso na Faculdade de Teologia, após uma frequência de apenas dois dos habituais cinco anos, devido à abolição das Faculdades de Direito Canónico e de Teologia decidida pelo governo republicano, Cerejeira matriculou-se na Faculdade de Letras. Dois anos depois, convidou António Salazar, que havia então concluído o curso de Direito e se encontrava doente sem condições de rápida recuperação no seu exíguo quarto, a ir morar para o convento dos Grilos, já habitado por Cerejeira. Num período em que se preparava para ser professor, Salazar aceitou.

A relação entre Gonçalves Cerejeira e Oliveira Salazar, colegas no breve período em que aquele frequentara o 2.º ano da Faculdade de Direito, em 1911, embora continuasse então na Faculdade de Teologia, intensificara-se no CADC e nos tempos de *O Imparcial*. Em 1913, Cerejeira, que admirava a capacidade intelectual, a disciplina e o rigor de Salazar, descreveu-o assim, nesse semanário:

«Ténue modesta, aristocracia de nervos, um quase nada irritável às vezes, a ideia clara movendo-se (...). Inteligência vigorosa e disciplinada, consciência escolar meticulosa (...) Ao ouvi-lo, dir-se-ia um mestre. E há-de sê-lo...»¹⁵.

¹³ MGC, «Notas sobre o Imparcial», in *Vinte Anos de Coimbra*, Antologia de artigos org. por Moreira das Neves, Lisboa, 1943a, pp. 208, 225- 233.

¹⁴ Franco Nogueira, *Salazar*, Coimbra, Atlântida Editora, vol I, 1977, p. 91.

¹⁵ Cit. por Vítor Silva Matos, *op. cit.*, p. 67.

No Convento dos Grilos, os dois amigos levaram uma vida rotineira e repetitiva, vigiada silenciosamente, a partir de 1925, pela governanta, D. Maria de Jesus, anteriormente ao serviço do Bispo de Lamego. Almoçavam habitualmente com o irmão de Manuel, Júlio Cerejeira, estudante de Medicina, e os três jantavam frequentemente com outros militantes católicos¹⁶. Além de partilharem os mesmos amigos e a intimidade, Salazar e Cerejeira rezavam em conjunto o terço, antes de se deitarem por volta da meia-noite. Este último aconselhava frequentemente o amigo, mesmo em questões mais particulares. Quando Salazar escreveu, em *O Imparcial*, o artigo «Ela», Cerejeira¹⁷, advertiu o amigo de que, «como militante do movimento católico, não poderia entregar-se àqueles passatempos».

Noutra ocasião, admoestou-o, aconselhando-o, uma vez que «não pretendia casar», a não namoriscar «uma das filhas de Guilherme Moreira, que da janela em frente dos Grilos lhe lançava olhares e sorrisos». Salazar protestou, afirmando que não era um «frade» e assegurando ao amigo que era a jovem que estava a tomar «a iniciativa» e a provocá-lo. Cerejeira também desencorajou o «devaneio» de Salazar com Júlia Perestrelo¹⁸, filha da madrinha de Salazar em casa do qual o pai de António tinha sido feitor. Tudo terminou mal quando a mãe da jovem lembrou as origens modestas ao afilhado, que, humilhado, jurou que nunca mais entraria em casa dos Perestrelo¹⁹.

Os dois amigos sempre foram muito diferentes um do outro. Enquanto Cerejeira era simpático, alegre, sentimental, e, segundo o Padre Manuel Falcão, «apaixonado: activo, emotivo, secundário»²⁰, Salazar era «mais duro, mais positivo, mais frio, de temperamento autoritário, menos arrebatado»²¹. Considerando-se a si próprio como «romântico» e «um tanto descuidado», Cerejeira referiria o gosto pela ordem «rígida e milimétrica» do amigo e o «horror de Salazar às inovações».

¹⁶ Mário de Figueiredo, Fezas Vital, Mendes dos Remédios, os irmãos Diniz da Fonseca, Alberto e Joaquim, Manuel Rodrigues, Diogo Pacheco de Amorim, Carneiro de Mesquita, Joaquim do Amaral, João do Amaral, Nunes Mexia, José António Marques, Bissaia Barreto, Serras e Silva e José Alberto dos Reis.

¹⁷ Moreira das Neves, «Cerejeira visto por...», in *DN*, 30/11/1988, p. 27

¹⁸ Franco Nogueira, *op. cit.*, vol. I, p. 95.

¹⁹ Álvaro Lins, *Missão em Portugal*, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1974, pp. 220-224.

²⁰ Manuel Falcão, «O Cardeal Cerejeira, pastor da Igreja lisbonense», *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, tomo II, 1990, p. 92

²¹ Marcello Caetano, *As Minhas Memórias de Salazar*, org. José Freire Antunes, Lisboa, Ed. Verbo, 2000.

O percurso de Cerejeira, tal aliás como o de Salazar, não deixou de ser coerente, e foi, sobretudo, fruto do seu tempo. Desde logo, política e ideologicamente. Seguindo, sem cortes e contradições, a educação católica, «naturalmente» obtida no meio rural em que nasceu, partilhou com Salazar o mesmo conservadorismo católico e, inicialmente, o mesmo sentimento monárquico, no período final da monarquia constitucional.

Ambos defenderam a chamada «democracia cristã» do final do século XIX e do início do século XX, um regime, apesar do nome, não democrático, mas orgânico e corporativo, que podia ser tanto monárquico como republicano, desde que concedesse liberdade de acção e de culto à Igreja. A militância católica foi comum aos dois e fundamental para a formação política de ambos, no início da idade adulta. Mas, enquanto um escolheu a actividade eclesiástica, o outro depressa abandonou essa via, por falta de vocação, enveredando pela política. Permaneceram solteiros, mas por razões diferentes: enquanto Salazar não deixou de ter as suas relações com mulheres, mas, não se casou, segundo ele, para melhor servir o país, nunca se conheceu qualquer uma na vida de Cerejeira, mesmo antes de seguir a via religiosa.

UMA VIDA ACADÉMICA RICA

Escolhendo desde cedo a vida da Igreja, Cerejeira introduziu, no entanto, um «parêntese», ao enveredar pela vida académica, que acolheu com todo o gosto, sentindo até como um sacrifício o abandono dela para ascender ao episcopado. Em 28 de Outubro de 1916, Cerejeira licenciou-se em Ciências Históricas e Geográficas, na Faculdade de Letras de Coimbra, com a nota de 19 valores, sendo convidado para assistente universitário, com a regência da disciplina de História Medieval.

Entretanto a questão religiosa entrava em acalmia, após um golpe de Estado, em 5 de Dezembro de 1917, levar à demissão do governo, à destituição de Bernardino Machado da Presidência da República e à prisão de Afonso Costa. O presidente da Junta Revolucionária golpista, Sidónio Pais passou a acumular a presidência do Ministério e as pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros; três dias depois, e tornou-se chefe do estado, em 27 de Dezembro. Em Janeiro de 1918, deslocou-se a Coimbra, onde foi recebido por uma comissão de docentes integrada por Salazar, que organizou um jantar no Palace Hotel onde compareceu Cerejeira.

Tal como este, a grande maioria dos militantes católicos, do clero e da hierarquia da Igreja portuguesa, que já haviam anteriormente defendido a ditadura de Pimenta de Castro em 1915, prontamente deram o seu apoio a Sidónio Pais. Em 22 de Fevereiro de 1918, o novo ministro dos Cultos e da Justiça, Alberto de Moura Pinto, procedeu a uma revisão da lei de Separação, benéfica para a Igreja. Finalmente, as relações entre o Estado português e o Vaticano, quebradas devido à questão das cultuais, foram reatadas, em 10 de Julho de 1918, sendo Feliciano Costa nomeado representante de Portugal na Santa Sé, que enviou para Lisboa o nuncio apostólico Aquilles Locatelli²².

Conjugando a academia com o presbitério, Cerejeira doutorou-se, nesse ano, em História, com a dissertação *O Renascimento em Portugal. Clenardo*, que obteve a pontuação de 20 valores. Dedicada ao seu amigo Manuel Serras e Silva, a dissertação de doutoramento foi editada pela primeira vez, em dois volumes, com o título *O Renascimento em Portugal – Clenardo (com a tradução das suas principais cartas)*²³. Entre o ano lectivo de 1919/1920 e o de 1927/1928, Cerejeira deu aulas, investigou e interveio no apostolado no meio académico. Ascendeu a professor catedrático em 1921, ano em que começou a reger um curso de Religião e Apologética, no Círculo de Estudos do CADC que se viria a transformar no Instituto Superior de Estudos Religiosos (ISER)²⁴. Depois, entre 1925 e 1928, Cerejeira atravessou um período de grande riqueza intelectual, quer na historiografia, quer na escrita de obras sobre religião²⁵.

Entretanto, um golpe militar liderado, entre outros, pelo general Manuel Gomes da Costa, a partir de Braga, em 28 de Maio de 1926, acabaria por instituir uma ditadura militar e o fim do regime republicano, com o apoio não explícito do CCP. Em 1927, Cerejeira acompanhou o amigo Salazar, numa viagem de comboio a França, seguindo para Lourdes enquanto o companheiro prosseguia até Paris. Estava a terminar um

²² Arnaldo Madureira, *Salazar e a Igreja, 1928-1932*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 21

²³ José Vitorino da Pina Martins, «MGC e os Estudos Humanísticos em Portugal», in *Lusitânia Sacra*, 1990, pp. 66-67.

²⁴ A tese voltou a ser publicada em 1926, com o título *O Humanismo em Portugal – Clenardo*. Em 1949, saiu a terceira edição, intitulada *O Renascimento em Portugal – Clenardo e a Sociedade Portuguesa do seu Tempo* e, em 1974, foi publicada o primeiro volume da obra, com o título *Clenardo e a Sociedade Portuguesa*. O segundo volume surgiu no ano seguinte.

²⁵ António Cabral, *Um Alto Príncipe da Igreja. D. Manuel Cerejeira*, Lisboa, Liv.Franco Franco, s. d. (prov. 1941), p. 186-87

período da sua vida. Em 1928, dispôs-se a «abandonar todos os seus livros, que tanto amava», para «estudar um, que é Cristo Crucificado»²⁶ e para ir à «reconquista cristã de Portugal», trocando Coimbra por Lisboa.

A CHEGADA AO EPISCOPADO

Nesse ano, Cerejeira assumiu o cargo de vigário-geral de Lisboa e arcebispo, com o título de Mitilene. Aos 40 anos, Cerejeira ascendia, assim, a um lugar superior na hierarquia religiosa: nomeado, em Março, por Pio XI para o episcopado, coadjuvando o cardeal patriarca de Lisboa, António Mendes Belo. No mês seguinte, o chefe do governo, general José Vicente de Freitas convidou Salazar para a pasta das Finanças. Face à hesitação deste, Cerejeira aconselhou-o a aceitar, mas também a expor o caso ao padre Mateo Crawley-Boevey, confidente dos dois amigos. Tal como, num retiro em Évora, em que aconselhara Cerejeira a aceitar a nomeação papal²⁷, o padre Mateo advogou junto de Salazar a conveniência de ter um católico como ele no governo.

Após Salazar assumir as Finanças, Cerejeira escreveu ao amigo lembrando-lhe que ele estava nesse posto «como um emissário dos amigos de Deus» e instou-o a dar «a Deus que dirige os acontecimentos» a sua «parte possível de colaboração», que «Ele se encarregaria de premiar». Depois da apresentação do novo orçamento do Estado para 1928/29, escreveu-lhe de novo a felicitá-lo e a repetir o argumento do apoio divino. Salazar esclareceu contudo, num discurso em 28 de Maio, em aparente resposta, que estava no cargo «por nomeação legal do sr. presidente da República».

Em 5 de Agosto de 1929, o Cardeal Mendes Belo, faleceu e, até que o Vaticano nomeasse novo Patriarca de Lisboa, Cerejeira foi eleito por unanimidade vigário capitular «sede vacante», numa reunião do Cabido da Sé de Lisboa, constituída pelos cónegos com poder para eleger o substituto do bispo. Reunido no Vaticano, em 18 de Novembro, o Consistório secreto

²⁶ MGC, *Alma de S. Francisco (A)*, conferência realizada no CADC de Coimbra em 21/2/27, Lisboa, União Gráfica, 1943, pp. 12-13.

²⁷ Rita Almeida Carvalho, «Prefácio», p. 6., de um texto policopiado, introduzido e anotado, que reúne a correspondência do Cardeal Cerejeira para Salazar, disponível no Arquivo Salazar (AOS) no INATT, que me foi amavelmente enviado pela autora, antes de ser publicado no livro *António Oliveira Salazar – Manuel Gonçalves Cerejeira. Correspondência Política (1928-1968)*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas&Debates, 2010

designou Cerejeira para o cargo de novo Patriarca de Lisboa²⁸. Diga-se porém que Cerejeira não deixou de ser uma «segunda escolha» da Santa Sé²⁹, competindo, na sucessão ao Cardeal Mendes Belo, com o arcebispo de Braga, Manuel Vieira de Matos, e, sobretudo, com o arcebispo de Évora, Manuel Mendes da Conceição Santos³⁰.

Entretanto a nível do governo, o general Ivens Ferraz, que tinha substituído na presidência do Ministério o general Vicente de Freitas, “caído” em sequência da “crise dos sinos”, iniciava a chefia do novo governo, onde continuava a figurar Salazar. Este último foi, aliás, nesse ano alvo de diversas manifestações de apoio, tanto de sectores da “sociedade civil” e religiosa como da imprensa católica e de direita, em particular dos jornais *A Voz e Novidades*. Mas, devido a desaguisados com o ministro das Finanças, Ivens Ferraz pareceu repetir o périplo que já Vicente de Freitas havia anteriormente feito, deslocando-se a Cascais, para apresentar ao Presidente da República um novo elenco governamental, sem Salazar. Carmona reafirmou porém a imposição do ministro das Finanças, obrigando Ivens Ferraz a pedir a demissão e, em 21 de Janeiro de 1930, o Presidente da República convidou o general Domingos de Oliveira, para chefiar um novo Ministério

Para grande contentamento da Igreja, este governo integrava vários ministros católicos, permanecendo Oliveira Salazar na pasta das Finanças, além de assegurar a das Colónias, até final de Julho. O ano de 1930, em que Cerejeira tomou posse do Patriarcado de Lisboa, foi assim o da afirmação do salazarismo e do início da progressiva hegemonização do poder por Oliveira Salazar, que criou então duas importantes instituições fundadoras do futuro Estado Novo: o Acto Colonial e a União Nacional (UN). Com a criação desta “união” partidária, os católicos foram confrontados com a alternativa entre a ela aderirem, ou manterem-se no CCP³¹.

²⁸ Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154, cit. por Rita Almeida Carvalho, «Prefácio», *op. cit.*, nota 28, pp. 10-11.

²⁹ Entrevista de Frei Bento Domingues, *Público*, 11/8/1996.

³⁰ Moreira das Neves, *op. cit.*, 1988, p. 65.

³¹ Arnaldo Madureira, *op. cit.*, pp. 130-138, 148-150, 291.

«CARDINALE BAMBINO»

Através de um privilégio obtido pelo rei D. João V do Papa Clemente XII, em 1737, o bispo lisboeta com o título de Patriarca era automaticamente elevado ao cardinalato. Por isso, o Consistório, a realizar-se em 16 de Dezembro de 1929, elevá-lo-ia a Cardeal. Cerejeira partiu de comboio, com destino a Roma, onde se tornou no mais jovem membro do Sacro Colégio e, por isso, foi qualificado, em Roma, de «Cardinale Bambino» ou «Cardinaletto portoghese»³². Entre outras decisões iniciais enquanto Patriarca de Lisboa, contou-se um pedido feito ao Papa no sentido de nomear dois bispos auxiliares³³. Foi ao «seu» clero de padres seculares que falou no primeiro aniversário da eleição patriarcal, insistindo no seu estatuto de «cooperadores» e «associados» ao seu apostolado³⁴.

Uma das causas que mais apaixonaram Cerejeira foi sem dúvida a formação dos «seus» padres e a criação de seminários no Patriarcado, nomeadamente do Seminário Maior do Cristo-Rei (ou dos Olivais), inaugurado em 1931. Em 1935, inauguraria por seu turno, o Seminário Menor de Almada, destinado ao ensino médio, que se juntaria assim ao Seminário de Santarém, já existente e restaurado a partir de 1941. Na década de 60, começaria ainda a funcionar, em Penafirme o seminário liceal Nossa Senhora da Graça, destinado ao ensino secundário.

A nível político, Salazar tinha entretanto sido nomeado chefe do novo governo, pelo general Óscar Fragoso Carmona, em 1932. Pouco tempo depois, deslocou-se ao Patriarcado para apresentar os seus cumprimentos, bem como do novo governo, ao Cardeal Cerejeira. Segundo a descrição de Franco Nogueira, os dois amigos encontraram-se no «salão triste e fradesco do paço de Sant´ana», sentaram-se no «canapé lilás», onde Salazar manifestou junto de Cerejeira o desejo de «que o Estado e a Igreja» mantivessem «boas relações de colaboração». Após a concordância de Cerejeira, Salazar ter-lhe-ia dito, «frio, gelado, grave»: «Manuel, a partir deste momento os nosso destinos separam-se completamente». Depois, Salazar esclareceu que a partir de então defenderia «os interesses de Portugal e do Estado», «independente e soberano» e que doravante

³² Moreira das Neves, *op. cit.*, 1948, p. 66; *Diário de Lisboa*, 11/12/1929.

³³ Manuel Franco Falcão citado por Arnaldo Madureira, *op. cit.*, p. 146

³⁴ MGC, «Saudação ao clero no primeiro aniversário da eleição para o Patriarcado», 18/11/1930, *Obras Pastorais (OP)*, 1928-1970, Lisboa, União Gráfica, 1936-1970, 7 vol., vol I, pp. 49, 51, 53 e 56.

«os interesses da Igreja» apenas contariam para ele, na medida em que se conjugassem com os da Nação³⁵.

Chegara-se entretanto a 1933, ano em que o edifício do Estado Novo se estruturou, com a promulgação, em 11 de Abril, da nova Constituição, que manteve o regime de separação entre o Estado e a Igreja. Nesse ano, foi criada a Acção Católica Portuguesa (ACP), definida por Cerejeira como puramente religiosa e subordinada à hierarquia eclesiástica³⁶. Se a ACP foi «a menina dos olhos» do Cardeal Cerejeira, dirigente nacional da mesma (até 1966), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC) foram «as meninas dessas meninas», como disse João Benard da Costa, dirigente da primeira organização, nos anos cinquenta.

A nível simbólico, a presença da Igreja católica foi um facto e, na abertura solene da Assembleia Nacional (AN), em Janeiro de 1935, sentaram-se a partir de então, em cadeiras voltadas para a tribuna, os membros do governo e, em lugar à parte, num trono, o cardeal patriarca. Em 1936, Salazar assegurou aos católicos de que não iria cometer o «erro ou o crime de deificar o Estado», nem desviar para este «a função de decretar o culto e definir os princípios da moral»³⁷. Erguendo-se contra o totalitarismo estatal, que identificou com o regime nacional-socialista alemão, Cerejeira, não se esqueceu porém de que o seu principal adversário político era o comunismo, ao ler, em 7 de Março de 1937, aos microfones da Emissora Nacional, a «Pastoral colectiva sobre o comunismo e outros flagelos sociais».

Em 4 de Julho desse ano, Salazar sofreu um atentado, ao rebentar uma bomba, preparada por anarquistas e alguns comunistas, mas esta limitou-se a abrir uma cratera no chão, sem atingir o ditador, que saiu ileso. Mal soube «do criminoso atentado» do qual a mão de Deus teria salvo o amigo, Cerejeira precipitou-se para a sua «capelinha», para dar «graças a Deus»³⁸. Onze dias após o atentado à bomba contra o Presidente do Conselho entregou oficialmente ao Núncio em Lisboa um projecto de

³⁵ Franco Nogueira, *Salazar*; Coimbra, Atlântida Editora, Porto, Livraria Civilização Editora, volumes I-VI, 1977-2000, vol. II, p. 152.

³⁶ MGC, *OP*, vol. I, pp. 318-329

³⁷ AOS, «As grandes certezas da revolução nacional», 28/5/1936, *Discursos e Notas Políticas*, vols I-V, Coimbra Editora, s.d., vol. II, pp. 130-131.

³⁸ Carta reproduzida in Franco Nogueira, *Salazar*; vol. III, 3.^a ed., pp. 109-110; cf. AOS/CP-47, fls. 51-55.

Concordata³⁹, cujo texto tinha sido feito sobre um primeiro «projecto do Patriarca», entregue, em Março de 1936, a Salazar por Cerejeira⁴⁰.

Além da negociação da Concordata, Cerejeira teve então outra preocupação, já em 1938, quando a Mocidade Portuguesa (MP) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) surgiram à luz dia. O ministro da Educação Nacional, António Carneiro Pacheco, convidou Cerejeira a assistir a um desfile dessas organizações, mas este recusou estar presente, explicando, numa carta, ter ficado dolorosamente surpreendido com o convite feito pela MP à Juventude Hitleriana para que participasse nas cerimónias⁴¹. A preocupação de Cerejeira face à Mocidade Portuguesa e ao risco de uma tentativa totalitária por parte do Estado português, tal como acontecia na Alemanha nazi, perpassou, também, num discurso intitulado «A Acção Católica e a Política», de 11 de Novembro de 1938⁴².

A principal preocupação de Cerejeira prendia-se com a Acção Católica, que, como disse então, os regimes totalitários tendiam a sufocar, «na sua absorção de toda a actividade do indivíduo», porque a liberdade da Igreja parecia «uma restrição ao seu absoluto domínio». Ou o totalitarismo renunciava «a si mesmo, deixando a Deus o que é de Deus» – continuava Cerejeira –, ou, «fiel a si mesmo», absorvia «toda a vida do homem, definindo e impondo uma concepção integral da vida»⁴³. Esta alocução de Cerejeira não agradou a alguns meios políticos germanófilos e chegou mesmo a motivar um protesto oficial do ministro plenipotenciário da Alemanha em Lisboa⁴⁴.

TOTALITARISMO E COMUNISMO

Entretanto, começou a II Guerra Mundial, em 1 de Setembro de 1939, e Salazar declarou a neutralidade de Portugal. Em Maio de 1940, o

³⁹ Bruno Cardoso Reis, *Salazar e o Vaticano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p. 147

⁴⁰ Franco Nogueira, *op.cit.*, vol. III, pp. 116-119

⁴¹ José Galdes Freire, *Resistência Católica ao Salazarismo-Marcelismo*, Porto, Telos, 1976, p. 208.

⁴² MGC, *OP*, vol. II, pp. 140-144

⁴³ *DL*, 19/11/1938, p. 1. Valentim Alexandre, *O Roubo das Almas. Salazar; a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa, Dom Quixote, 2006, pp. 154-155

⁴⁴ AOS/CO/NE – 29A, p. 8. «Carta do patriarca ao ministro da Alemanha», 18/11/1938, fl. 36

Estado Novo assinou com o Vaticano a Concordata e um Acordo Missio-nário. Durante as negociações dessa Concordata, em que Cerejeira per-maneceu na sombra, mas tentando veicular os desejos do Vaticano, um dos temas de conflito prendeu-se com a ACP, cujas organizações Salazar aceitou reconhecer, embora não as suas actividades auxiliares e seus fins extra-religiosos, como pretendia a Santa Sé.

Através da Concordata, ficaram reconhecidos a personalidade jurí-dica da Igreja, o livre exercício da autoridade eclesiástica, a comunicação sem censura desta com os fiéis, a liberdade de organização e de dispo-sição dos seus bens para fins religiosos e ainda o seu direito de ensinar nas escolas particulares. Além disso, o Estado reconheceu os efeitos civis do casamento canónico, bem como a renúncia da faculdade de requerer o divórcio aos casados pela Igreja. Cerejeira falou sobre a Concordata, regozijando-se com o facto de ela ter acabado tanto com o «regalismo que asfixiava a Igreja em apertado abraço protector de tutela» como «com o jacobinismo que a perseguia afrontando a justiça e a consciência aos vivos à liberdade».

Mal foi assinada a paz, Cerejeira promoveu, em 13 de Maio de 1945, um dia de acção de graças nacional pelo fim das hostilidades. Numa carta datada de 26 de Maio, que enviou a Salazar, agradeceu-lhe a «defesa de Portugal do flagelo da guerra»⁴⁵. Relativamente às eleições, marcadas para esse ano, Cerejeira afirmou que a Igreja se abstinha de fazer «política concreta», mas, apelou aos católicos, enquanto cidadãos, para votar... nos que asseguravam as liberdades da Igreja, que, segundo ele, eram os depu-tados do regime⁴⁶. Este conselho, que muitos leram como uma crítica à participação dos católicos nas listas da oposição e um evidente apelo ao voto na UN, foi considerado demasiado ambíguo, por Salazar, por não apoiar directa e claramente o regime.

A campanha eleitoral de 1945 e a participação de alguns – poucos – católicos, no MUD, marcaram o início de uma mudança na imagem de Cerejeira, acusado por aqueles de amarrar «a barca de Cristo à barca de César». Aos que o criticavam, Cerejeira repetiu, em 1946, que sempre alertara contra o totalitarismo estatal e lembrou que, acusada «umas vezes

⁴⁵ João Ferreira d'Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, dis-sertação de mestrado em História do século XX, Lisboa, FCSH/UNL, 2000, pp. 135-138 (policopiado). Este trabalho está publicado nas Edições Nelson de Matos, 2008; AOS/CP-47, fls. 86-89, Rita Carvalho, Documento 26, 26/5/1945, nota 169, p. 91-95

⁴⁶ MGC, «A posição da Igreja e dos católicos perante a política», 1945, *OP*, vol. III, pp. 85, 87-95.

de conservadora outras de revolucionária», a Igreja em Portugal não tinha a menor influência política, limitando-se a cooperar com o poder público na ordem espiritual com vista ao «bem comum»⁴⁷. Esse argumento seria, depois, repetido por Cerejeira, nas eleições legislativas de 1953, nas presidenciais de 1958 e, de novo, em 1961 e 1965.

Cerejeira continuou a ser crescentemente considerado inconsequente por muitos católicos, alguns dos quais eram considerados «cripto-comunistas» pelo Estado Novo. Não por acaso, escolheu como tema, tanto na pastoral «Cristianismo e comunismo», de Fevereiro de 1947, como nas suas mensagens de Natal desse ano e de 1948, bem como noutra alocução de Novembro de 1949, a condenação da «latente infiltração marxista» em «certos católicos», alertando que o comunismo só trazia a rebelião, a escravidão e a tirania⁴⁸.

Provavelmente em resposta a esta instrução pastoral de Cerejeira, o Partido Comunista Português (PCP) emitiu, nesse mesmo ano 1947, o documento «O Partido Comunista, os católicos e a Igreja», da autoria de Álvaro Cunhal⁴⁹. Nele, Cunhal condenava a hierarquia da Igreja, por pregar «o ódio aos comunistas» e colocar-se ao lado da ditadura salazarista, ao mesmo tempo que voltava a apelar à unidade com os trabalhadores católicos, para reclamar o fim dos crimes da PIDE, a restauração das liberdades e a realização de eleições livres. Cerejeira era aliás particularmente visado por Cunhal, como sendo o principal responsável pelo afastamento dos católicos do campo democrático e pela agudização do combate ao comunismo⁵⁰. A preocupação dos comunistas portugueses com os católicos continuaria depois ao logo dos anos⁵¹.

O TERRÍVEL ANO DE 1958

O ano de 1958, com o regime abalado pela campanha oposicionista do general Humberto Delgado às presidenciais, foi de verdadeira crise

⁴⁷ MGC, «A Igreja e o Estado Novo», 18/11/46, *OP*, vol. III, pp. 187-193.

⁴⁸ MGC, «Cristianismo e comunismo», instrução pastoral lida na Emissora Nacional, 22/2/47, *OP*, vol. III, pp. 237-252.

⁴⁹ João Ferreira d'Almeida, *op. cit.*, 2000, pp. 135-138.

⁵⁰ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política*. Duarte, *O Dirigente Clandestino (1941-1949)*, II vol., Lisboa, Temas & Debates, 2001, pp. 725-729

⁵¹ Arquivo da PIDE/DGS, Proc. 93/GT, fls. 13,14-19.

para a Igreja portuguesa, em cujo seio muitos católicos⁵² se ergueram contra o Estado Novo, levando Salazar a dizer que se quebrara doravante a «frente nacional» na qual assentava o regime⁵³. Pode-se datar nesse período o surgimento de um catolicismo «progressista» na ACP, de que foram reveladores dois abaixo-assinados de católicos «As relações entre a Igreja e o Estado e a liberdade dos católicos» e «Reclamação dos católicos sobre a actuação dos serviços de repressão do regime»⁵⁴. Numa aparente resposta a Salazar, Cerejeira lembrou que a Constituição aceitava a soberania, cada um no seu domínio, dos dois poderes, temporal e espiritual, embora fosse «a ordem espiritual» a julgar «a temporal – e não vice-versa». Esta frase, que provocou celeuma dada a hierarquização nela subjacente, motivou uma resposta sibilina de Salazar, o qual afirmou que caberia ao Estado julgar os homens que serviam Deus.

Ainda o regime não recuperara do susto eleitoral, quando o bispo do Porto António Ferreira Gomes enviou a Salazar um pró-memória, onde formulava críticas ao Estado Novo⁵⁵. Em resultado disso, foi impedido, pela PIDE, de entrar, em Portugal, em 1959, exilando-se durante dez anos, perante o silêncio de Cerejeira⁵⁶. Mais tarde, em 1967, o Cerejeira reconheceria, no seu opúsculo *Na Hora do Diálogo*, que o caso do bispo do Porto tinha aberto «larga ferida nas consciências católicas», pelo que importava «fazer ardentes votos a Deus por que» fosse encontrada para ele «digna e feliz solução». Defender-se-ia, no entanto, de não ter actuado convenientemente, lembrando a Pastoral Colectiva de 1959, a qual teria até provocado, segundo ele, um momento de «particular susceptibilidade político-religiosa»⁵⁷.

No fim de 1958, Cerejeira fechou de vez um capítulo da sua vida ao proferir a última lição jubilar na Universidade de Coimbra, intitulada «A

⁵² António Teixeira Fernandes, *Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo de no Pós-25 de Abril 1974*, Porto, ed. do autor, 2001, p. 67, 171, 213

⁵³ Franco Nogueira, *Salazar*, vol. IV, p. 490.

⁵⁴ João Bénard da Costa, «Nós os vencidos do catolicismo», *O Independente*, 9/8/97.

⁵⁵ Luís Salgado de Matos, «A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (9/58-10/59)», in *Análise Social*, vol xxxiv, n.º 150, 1999, p. 47,50, 53, 58 59; Bruno Cardoso Reis, *op. cit.*, pp. 256-264; *D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, Carta ao Cardeal Cerejeira 16/7/1968*, introd. e notas de José Barreto, Lisboa, Dom Quixote, 1996, p. 211

⁵⁶ Carta de Valadares, de 22/6/1967, do Padre Joaquim Pinto de Andrade, cit. por José Galdes Freire, *op. cit.*, 1976, p. 113.

⁵⁷ *Na Hora do Diálogo. Resposta a muitas questões*, Lisboa, União Gráfica, 1967.

condição do cristão na construção histórica no mundo⁵⁸. Ajustando contas com os católicos que haviam assinado os dois já referidos documentos contra o regime, o Cardeal Patriarca proibiu aos sacerdotes a subscrição de documentos e a participação em reuniões, sem a sua prévia autorização⁵⁹. Claramente, a fase gloriosa do cardeal aproximava-se do último grande acto, nesse momento de grande instabilidade entre os católicos⁶⁰. Cerejeira aproveitou a inauguração do monumento do Cristo-Rei em Almada, a 17 de Maio de 1959, para reafirmar os princípios do nacionalismo cristão imperial e abafar os antagonismos de alguns sectores católicos contra a hierarquia e o regime. Confidenciou então que, se pudesse escolher, optaria por aquele momento de consagração de Portugal ao Cristo-Rei para morrer⁶¹.

OS ANOS SESENTA, DE «TODAS AS CRISES»

Os anos 60 foram os «de todas as crises», espalhando-se então a noção de enfeudamento da Igreja ao Estado Novo, crescentemente criticado, entre católicos, pela falta de liberdades, pela repressão, pelo nível de vida dos trabalhadores e pela guerra colonial. Apoiando a guerra colonial, iniciada em Angola, em 1961, Cerejeira considerou que a missão providencial de Portugal incluía a colonização de África e a defesa da integridade da «nação pluricontinental», cuja «obra civilizadora» e evangelizadora qualificou de «heróica, universalista, católica».

No final de 1962, Cerejeira deslocou-se a Roma para a abertura do concílio ecuménico Vaticano II. Como sempre, não deixou de alertar contra as tendências «progressistas» dos que defendiam a «Igreja dos pobres», num «sentido tendencioso, alheio ao Evangelho», conforme alegou em 1964. Em Portugal, muitos católicos foram, aliás, crescentemente influenciados pelo Concílio do Vaticano II e pela encíclica *Pacem in Terris* de João XXIII e, curiosamente, eram precisamente aqueles que Cerejeira mais prezava, intelectualmente. Mas, já idoso e incapaz de encetar reformas, estava mais preso à sua geração e ao pensamento do Concílio Vati-

⁵⁸ MGC, «A condição do cristão na construção histórica no mundo», *OP*, vol. V, pp. 301-325.

⁵⁹ João Miguel Almeida, *op. cit.*, 2000, pp. 66-67.

⁶⁰ *DN*, 18/5/59, p. 1, cit. por Luís Salgado Matos, «A Campanha de Imprensa contra o Bispo do Porto...», p. 59.

⁶¹ MGC, «Portugal foi ouvido, o voto foi cumprido», 17/5/1959, *OP*, vol. V, p. 344.

cano I. Mesmo se, por palavras, apoiou o desejo de mudança do Vaticano II, aliás, para que tudo permanecesse na mesma no seio da Igreja.

Sempre adverso à criação de partidos confessionais, Cerejeira manifestou-se, em 1965, veementemente contra a iniciativa de erguer um movimento político cristão, num encontro sobre «perspectivas cristãs de desenvolvimento económico», organizado pela ACP⁶². Trinta e oito anos depois de ter ascendido ao patriarcado, Cerejeira entendeu chegada a hora de um balanço, dando ao prelo, em 1967, o opúsculo *Na Hora do Diálogo. Resposta a Muitas Questões*. O opúsculo mereceu palavras pouco elogiosas e até desdenhosas de Salazar, que qualificou o «livrinho» de «defensivo», mas também suscitou uma resposta do jornalista e ex-seminarista Raul Rego, num livro que valeu ao autor a apreensão nas livrarias e a prisão.

Esse ano de 1967 foi importante sobretudo pela visita a Fátima de Paulo VI, o papa que Salazar, furioso pela sua deslocação a Bombaim, três anos antes, assegurara que nunca viria a entrar em Portugal enquanto fosse vivo. A visita constituiu um triunfo diplomático para Portugal quando estava a ser assediado internacionalmente pela sua política colonial. Muitos católicos portugueses, alguns dos quais tinham feito, em 1965, um manifesto contra a política ultramarina e a invocação do «nome de Cristo» para «servir de capa a um nacionalismo exacerbado e a atitudes totalitárias que devem repugnar a uma consciência cristã», desiludiram-se com o aproveitamento que o regime tirou da visita papal.

No final de Agosto, Salazar sofreu um acidente ao cair de uma cadeia e teve de ser operado de urgência a um hematoma craniano, seguindo-se um acidente vascular que o deixou em risco de vida. Cerejeira foi o primeiro a visitá-lo e disse então ao Chefe de Estado, Américo Tomás, que o presidente do Conselho sempre tinha sido «católico» e «muito infeliz», pedindo-lhe para administrar a extrema-unção a Salazar⁶³. Como se sabe, Salazar ainda sobreviveria mais dois anos, mas, por impossibilidade de uma total recuperação foi exonerado e substituído por Marcelo Caetano, na chefia do governo. O final do relacionamento público de Salazar com Cerejeira ocorreu quando este se confrontava com o “caso” do seminário dos Olivais⁶⁴.

⁶² Inês Dentinho, «Já não tenho voz», *O Independente*, 1/8/97, p. 19.

⁶³ Franco Nogueira, *op. cit.*, vol. VII, p. 404-405.

⁶⁴ Abílio Tavares Cardoso, «O “Te Deum” de Salazar», pp. 40-41; 12/10/68, Arquivo PIDE/DGS, Pr.7002 CI (2), pta 3, fl. 44; «Mensagem ao Clero e Fieis do Patriarcado sobre a Crise do Seminário dos Olivais», *OP*, vol. VI, pp. 271-75

Por seu turno, o início da vigência de Marcelo Caetano apanhou Cerejeira a tentar resolver do “caso” do padre Felicidade Alves, cuja exoneração lhe terá sido “aconselhada” pelo próprio novo presidente do Conselho⁶⁵, que tentou porém cativar inicialmente alguns católicos. Na Igreja católica portuguesa, instalada a crise, em finais dos anos 60, por clara desarmonia com o Vaticano, as dificuldades só se podiam avolumar. A consigna papal de dedicar o ano de 1969 à paz juntou, pela primeira vez, em vigília, católicos contra a continuação da guerra colonial, numa atitude que se repetirá, de forma mais radical, na acção da Capela do Rato, em 1972. Ao mesmo tempo, a paralisação da reestruturação pós-conciliar do Patriarcado tinha vindo a frustrar muitos elementos do clero, para os quais se tornara evidente que Cerejeira não podia levar por diante qualquer espécie de renovação. Consciente disso, o próprio cardeal patriarca, que já solicitara ao Papa a sua exoneração em 1966, viu-a finalmente aceite em 1971.

EPÍLOGO

A transmissão de poderes de Manuel Gonçalves Cerejeira para António Ribeiro teve lugar em 29 de Junho desse ano, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa⁶⁶. Em 3 de Outubro de 1971, Cerejeira passou a morar na Residência da Quinta do Bom Pastor, na Buraca, que ele reformara onde iria passar os últimos cinco anos de vida⁶⁷. O golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974 e o período revolucionário subsequente parecem não ter tocado muito Manuel Gonçalves Cerejeira, nem penetrado nos jardins arborizados da Quinta da Buraca. Ao sobrinho, o seu homónimo Manuel Cerejeira, o antigo Cardeal Patriarca afirmou que estava a decorrer um período semelhante ao da Primeira República, mas, às freiras da Casa do Bom Pastor, pediu para nada recearem, pois «aquilo» não era «nada conosco», mas «lá entre eles, os militares»⁶⁸.

⁶⁵ Entrevista por Fernando de Assis Pacheco, *O Jornal*, 17/3/1969, pp.10-17; relatório da escuta da homilia gravada, proferida em 17 de Janeiro de 1965 pelo Pe. Felicidade Alves 20-1-65, in Arquivo da PIDE/DGS, informação 4 C.I (1).

⁶⁶ Paula Borges Santos, *Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975: O caso Rádio Renascença*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 80-83

⁶⁷ «Palavras na Missa na casa de retiros em sua homenagem promovida por uma comissão de Benfeitores», em 17/5/1972, in *D. Manuel Gonçalves Cerejeira- Patriarca de Lisboa. In Memoriam*, 1977, p. 54.

⁶⁸ Inês Dantinho, «Já não tenho voz», *O Independente*, 1/8/97, p. 17.

Com particular interesse e atenção, seguiu a ocupação da emissora católica Rádio Renascença (RR) pelos trabalhadores e, no decurso do cerco do Patriarcado por forças da extrema-esquerda, sossegou mesmo, o Cardeal Patriarca de Lisboa, António Ribeiro com a frase: «Sabe, em todas as revoluções há destas coisas. Não faça caso». Parece ter tomada a mesma atitude de calma, tranquilizando os seus familiares, receosos de que uma manifestação nocturna com destino ao posto emissor da RR o fosse importunar à Quinta do Bom Pastor. O receio era aliás infundado pois nada aconteceu⁶⁹.

Em 1 de Julho de 1977, acrescentou ao testamento que havia feito, em 1950, uma declaração⁷⁰, onde se dirigiu «ao vigário de Cristo», pedindo-lhe perdão por todos os seus «pecados e faltas e negligências». Esta frase valeu-lhe aliás, nesses tempos de tempestade ideológica, um artigo no *Diário de Lisboa*, intitulado «Peço perdão de todo o mal que fiz»⁷¹. Em 31 de Julho, foi-lhe administrada a extrema-unção e, às 23 horas do dia seguinte, 1 de Agosto de 1977, faleceu, aos 89 anos. Na missa do velório, na Casa do Bom Pastor, apareceram, entre outras pessoas, o seu antigo adversário Raul Rego. O funeral realizou-se em 4 de Agosto, na Sé de Lisboa, sob a presidência de D. António Ribeiro. O *Diário de Lisboa*, que descreveu a Sé como cheirando «intensamente a antigamente», noticiou, estranhando-a, a presença do então primeiro-ministro Mário Soares⁷². Embora desejasse ser enterrado em campa rasa na capela do Seminário dos Olivais, o corpo de Manuel Gonçalves Cerejeira encontra-se no Panteão Privativo dos Patriarcas de Lisboa, no convento de S. Vicente de Fora.

O LEGADO DE MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA

A longa vida de Manuel Gonçalves Cerejeira, apesar de revelar uma coerência de ideias e de actuação, foi terreno de muitas contradições. Defensor da independência da Igreja, foi acusado por alguns de a tornar dependente do apoio ao Estado Novo. Criador do Seminário dos Olivais, em nome da formação do clero, foi precisamente o cardeal que contribuiu para o seu desmantelamento. A outra «menina dos olhos» de Cerejeira foi

⁶⁹ Paula Borges Santos, *op. cit.*, pp. 247-250

⁷⁰ D. Manuel Gonçalves Cerejeira- Patriarca de Lisboa. In *Memoriam*, 1977, p. 23.

⁷¹ *Diário de Lisboa*, 3/8/77.

⁷² *Idem*, 4/8/77.

a Acção Católica Portuguesa (ACP); no entanto, quando concluiu em 1971 a sua vida activa, não só aquele já tinha perdido grande parte da sua força, como a falta de padres continuava crónica.

No cargo de cardeal patriarca de Lisboa, perdurou na memória da oposição ao regime salazarista como o epígono de uma Igreja rendida ao Estado Novo, que raramente teria protestado contra as violências do regime, as torturas da PIDE, a censura, a guerra colonial, a miséria e a ausência total de liberdades. Uma Igreja que, de algum modo, se serviu do regime para influenciá-lo, e da qual se terá servido, por seu turno, o Estado Novo, enraizando na doutrina desta a sua matriz ideológica e partilhando com ela o mesmo ideário antiliberal, anticomunista e corporativo. Apesar de profundamente antiliberal e crítico do capitalismo, obreiro, segundo ele, de injustiças sociais, na linha da doutrina das encíclicas papais de Leão XIII e de Pio XI, que opunham à livre concorrência uma ordem corporativa, Cerejeira erigiu-se, porém, como inimigo principal o comunismo.

Se foi anticomunista, também foi um adversário do nacional-socialismo, antecipando, de certa forma, as teorias do pós-guerra que resultaram da análise dos fenómenos totalitários. A luta contra a «estacocracia» era uma batalha pela defesa da instituição sediada no Vaticano, pois estava ciente de que, recusando a partilha do seu poder com qualquer outra instituição, o Estado totalitário atentaria contra a liberdade de actuação social e espiritual da Igreja. Mas, em nome das encíclicas papais, que apelavam ao respeito dos católicos pela autoridade «legítima», a qual emanava de Deus, Cerejeira não teve problemas em defender o Estado Novo, «legitimado» pelo plebiscito constitucional de 1933. Em 1946, definiu o que entendia dever ser o relacionamento entre a Igreja católica e o Estado português:

«a Igreja em Portugal (...) deixa a César o que é de César. (...) Mas, se não está enfeudada a nenhum regime político, cumpre lealmente os seus deveres para com o existente. Estes não derivam do cálculo político, mas da doutrina cristã»

(...) O problema propriamente político não lhe pertence a ela: é negócio de César. O que lhe pertence, isto sim, é afirmar e defender os princípios morais que devem informar todo o regime respeitador da verdade, da justiça e do bem (...) Concluamos. A Igreja em Portugal só quer uma coisa: que a deixem realizar livremente a sua missão divina»⁷³.

⁷³ MGC, «A Igreja e o Estado Novo», 18/11/46, *OP*, vol. III, p. 195